

PROVAS REALIZADAS

Juiz Federal Substituto Tribunal Regional Federal da 2º Região Concurso I

Primeira Prova Escrita

Direito Constitucional I, Direito Internacional Público e Direito Processual Civil

- 1ª) Qual a natureza da sentença que decide a inconstitucionalidade de uma lei na via da exceção? Tal sentença faz coisa julgada? De que espécie?
- 2ª) Mostre as limitações ao brasileiro naturalizado enunciadas na atual Constituição.
- 3ª) Como é feita a promulgação de um tratado internacional no Brasil? Quais os efeitos da promulgação?
- 4ª) Conceitue nacionalidade originária e nacionalidade adquirida. Indique os 3 (três) sistemas atributivos de nacionalidade originária, esclarecendo em que consiste cada um deles.
- 5ª) Qual o rito processual a ser observado nos casos de mandado de injunção?
- 6ª) Até que momento o autor poderá desistir da ação sem o consentimento do réu? A desistência importa em renúncia ao direito? Tratando-se de direito indisponível, o autor pode desistir?
- 7ª) Quando o valor da liquidação do julgado for superior ao valor da causa, é lícita a exigência de pagamento de diferença de custas para que a parte possa fazer a execução? Justifique a resposta, indicando a base legal.
- 8ª) Na Justiça Federal de primeira instância, qual é o prazo para o pagamento das custas iniciais? Quando se dá o início desse prazo? Qual a consequência processual resultante do não pagamento das custas no prazo legal? Indique os artigos de lei, que serviram de base à resposta.
- 9ª) Em execução fiscal, o oferecimento de fiança bancária em garantia da execução, faz cessar a responsabilidade pela atualização monetária e juros de mora? Justifique? indicando os artigos de lei

que serviram de base à resposta.

10ª) A sentença do Juiz Federal da 8ª Vara da Seção Judiciária do Estado do Rio de Janeiro condenou a Autarquia Federal expropriante a pagar ao expropriado quantia 10 (dez) vezes superior à oferecida na petição inicial. A sentença está sujeita ao duplo grau de jurisdição? Justifique, indicando o artigo de lei pertinente.

11ª) Quais são os recursos cabíveis na Justiça Federal de primeira instância?

12ª) O Juiz Federal da Primeira Vara da Seção Judiciária do Estado do Espírito Santo concedeu liminar em mandado de segurança. O impetrado quer pedir a suspensão dos efeitos da liminar concedida. Pergunta-se: Quais deverão ser os seus argumentos? Qual a autoridade competente para decidir o pedido de suspensão? Qual o recurso cabível da decisão que nega o pedido de suspensão e qual e o órgão competente para decidí-lo?

Direito Constitucional II e Direito Administrativo

13ª) Existe alguma hipótese de processo judicial expropriatório, no Direito Brasileiro, deflagrado por iniciativa do particular? Fundamentar a resposta.

14ª) Toda subsidiária de companhia mista tem a mesma natureza de sua controladora? Justificar a resposta.

15ª) A Constituição Federal estabelece alguma condição de ação processual vinculada ao recurso prévio à instância administrativa? E para administrativa? Fundamentar a resposta.

16ª) Pela Constituição Federal, os serviços de registro Público participam de que processo de descentralização administrativa? Porquê?

17ª) Existe algum Procedimento constitucional para que se confira eficácia erga omnes a decreto regulamentar do Presidente da República declarado inconstitucional, em questão prejudicial, pelo Supremo Tribunal Federal? Em caso negativo, porque, não?

18ª) Cite uma pessoa jurídica pública que não seja pessoa política, nem integre a administração pública, caracterizando-a juridicamente.

19ª) Tem o Ministério Público legitimidade para propor ação nas hipóteses previstas no art. 52, inciso LXXIII, da Constituição Federal?

20ª) Cabe ação de inconstitucionalidade de lei orgânica municipal em face da Constituição Federal? Fundamentar a resposta.

21ª) Qual a relação do instituto do ato jurídico perfeito com o plano de validade do ato administrativo?

22ª) A fundação pública é pessoa jurídico-administrativa? Justificar a resposta.

23ª) A empresa pública individual pode assumir a forma de sociedade por quotas? A resposta deverá ser fundamentada.

24ª) Distinguir entre cessão, concessão e permissão de uso de bem público.

Direito Constitucional III, Direito Tributário e Direito Financeiro

25ª) Localize a competência residual na Constituição de 1988.

26ª) Natureza jurídica do Código Tributário Nacional.

27ª) Justifique, em face de seus fundamentos, a jurisprudência cristalizada na Sumula nº 24 do extinto Tribunal Federal de Recursos.

28ª) Diferença entre "renovação" e "restauração" (IPI).

29ª) Princípio da independência dos exercícios (IR).

30ª) Espécies de Orçamentos da Constituição de 1988.

31ª) Princípio da "dotação cheia" ou da "suficiência dos meios" na Constituição de 1988.

32ª) Princípio "solve et repete" na lei de execução fiscal.

33ª) Quando se considera instaurado o processo administrativo fiscal federal?

34ª) Diferença entre "crédito tributário" e "crédito fiscal".

35ª) Diferença entre prescrição e decadência em Direito Tributário.

36ª) Aplicação da doutrina da penetração da pessoa jurídica, da desconsideração da pessoa jurídica ou, ainda, disregard doctrine, em matéria tributária.

Direito Penal e Direito Processual Penal

37ª) Que crime comete o funcionário da Petrobrás S.A., que não atende a uma determinação judicial para realizar certo ato?

38ª) Para provar a sua inocência, o réu subtraiu uma carta de 141 terceira pessoa, juntando-a ao

processo. O juiz está convencido da veracidade do que está narrado na mencionada carta. Pergunta-se: Como deve proceder o magistrado em face da regra do artigo 52, LVI, da Constituição Federal?

39ª) A lei brasileira adotou na caracterização da causalidade a teoria da equivalência das condições. De acordo com essa teoria, poder-se-ia dizer que o Código acolheu e a relevância das concausas? Porquê?

40ª) Explique sucintamente como se diferencia o dolo eventual da culpa consciente.

41ª) Havendo conexão entre um crime da competência da Justiça Estadual comum e outro da Justiça Federal comum, como deverá ser solucionada a questão da unidade do processo e julgamento? Haverá prorrogação de competência?

42ª) Tendo o órgão do Ministério Público deixado de denunciar um dos indiciados, arrolando-o como testemunha, poderá, posteriormente, aditar a denúncia para incluí-lo, no processo como réu? Esclareça a resposta.

43ª) A doutrina penal mais moderna exige no tocante à caracterização das causas de exclusão da antijuridicidade a ocorrência dos chamados elementos subjetivos de justificação. Como se manifestam esses elementos na legítima defesa e no estado de necessidade?

44ª) Explique a diferença entre os crimes omissivos próprios e impróprios com vistas à aplicação do artigo 13, parágrafo 22 do Código Penal.

45ª) Esclareça se o Código de Processo Penal adota ou não o princípio da correlação entre acusação e sentença.

46ª) Em que caso a pessoa jurídica pode ser sujeito passivo nos crimes contra a honra?

47ª) Surgindo, no curso da instrução criminal, prova de que determinado crime fora praticado por terceira pessoa e não pelo réu, poderá o Ministério Público re-ratificar a sua denúncia para excluí-lo do processo, imputando a infração penal ao seu verdadeiro autor? Esclareça a resposta.

48ª) O Código Penal, além do crime de moeda falsa, art. 289, prevê no art. 291 o crime de petrechos para falsificação de moeda. Pergunta-se: a) em face da existência do crime do art. 291, pode haver tentativa no crime do art. 289? b) aquele que possui instrumento destinado à falsificação de dinheiro, falsifica a moeda e depois coloca-a em circulação, responde por que crimes?

Direito Internacional Privado, Direito Civil, Direito Comercial e Direito Previdenciário

49ª) À vista da lei brasileira e da Convenção da União de Paris, como distinguir as indicações de origem das apelações de origem ?

50ª) É válida decisão de assembléia geral extraordinária de Sociedade Anônima, no sentido de incorporar uma outra empresa, com finalidades diferentes das da incorporadora?

- 51^a) Quais os mecanismos legais de proteção da tecnologia patenteável e da tecnologia não-patenteável?
- 52^a) Quais os requisitos para que se dê eficácia, no Brasil, a uma sentença estrangeira?
- 53^a) Quais são os efeitos da naturalização?
- 54^a) Qual a diferença entre direito, poder e faculdade?
- 55^a) Apontar, na Constituição da República, as normas determinantes da competência pública, em matéria de desenvolvimento urbano.
- 56^a) Que é necessário, para que bem público federal, de uso especial, possa ser incorporado ao patrimônio de uma sociedade de economia mista federal, a título de integralização da participação societária da União?
- 57^a) No campo da propriedade intelectual, identifique os direitos de exclusivo perfeitos e imperfeitos.
- 58^a) À luz do artigo 94 do Código da Propriedade Industrial, quando pode ser caracterizada a ocorrência de força maior?
- 59^a) Uma empresa estrangeira tem, em seu nome comercial, uma expressão de fantasia, registrada no Brasil há menos de cinco anos, por empresa nacional. Pode aquela aqui atuar, com seu nome original? Porquê?
- 60^a) A legislação vigente prevê a proteção para nomes de família e pseudônimos notórios. Seria possível, após a transferência de registro de marca que incluísse o nome de família, a obtenção de outro registro, para a mesma atividade, por pessoa jurídica que tivesse no quadro de seus membros a referida família? Como?

Segunda Prova Escrita

1^a Questão

Responda a três (3) das seguintes questões:

- A) Explicar em que casos cabe a carta testemunhável.
- B) Demonstre a relevância da noção de situação jurídica objetiva para a estrutura e a dinâmica do contrato administrativo.
- C) O Direito Civil na nova Constituição.

D) Caracterize a situação tributária, no tocante à existência, ou não, em seu favor, de imunidade ou isenção, das entidades de previdência complementar, abertas e fechadas, no novo regime constitucional.

E) Explique os recursos que podem ser interpostos de sentença homologatória de cálculos do Contador, considerando o valor dos mesmos. Indique os fundamentos legais.

2ª Questão

SENTENÇA

EMISSORA DE RADIODIFUSÃO DE SONS E IMAGENS, empresa pública de capital exclusivo da União, líder de audiência, em edição do programa noticioso noturno, em horário considerado "nobre", atribui a Abílio Corrêa, médico patologista, professor universitário, de renome internacional na sua especialidade, haver ele induzido a elaboração de laudo falso acerca de "dopping" do jogador Robertinho, pertencente ao Botafogo de Futebol e Regatas, através do qual se pretendia a perda dos pontos obtidos em sua vitória de 5 x 0 sobre o Fluminense Football Club.

Segundo a notícia veiculada, a afirmação de que o laudo era falso partira do Presidente do time perdedor, em conversa com um repórter daquela TV.

Na realidade, o referido médico, na ocasião da elaboração do laudo, se encontrava de férias no Exterior.

Abílio, atendido o disposto nos artigos 56 e 57 parágrafo 1º, da Lei de Imprensa, propôs, em face da Empresa ação de ressarcimento por dano moral, tendo em vista o abalo sofrido em sua reputação, dada a ampla repercussão da notícia; assim como, por danos materiais, pois que se teria verificado redução na clientela de sua clínica particular.

O pedido envolvia danos emergentes, lucros cessantes, custas e honorários no valor de 20% sobre o valor da condenação.

Sustentou o autor que, diante do sistema da nova constituição Federal, não se aplica à hipótese, a limitação do art. 52 da Lei de Imprensa.

A pessoa jurídica ré contestou pedindo, preliminarmente, a denúncia à lide do presidente do Fluminense Football Club; alegando que o Fluminense já entrara na Justiça Desportiva solicitando anulação dos pontos do Botafogo com base na argüição de falsidade do exame e afirmando a inexistência de dolo ou de culpa por parte do seu preposto, o produtor do programa, Carlos Lameirão, que se limitara a divulgar notícia que lhe fora trazida por terceiro.

Ademais, não teria cabimento indenização porque, proposta a ação penal contra o produtor do programa pelo ofendido, essa foi julgada improcedente, em face do Juiz considerar lícito o fato, diante da norma do artigo 220, parágrafo 1º da Constituição Federal, embora tivesse também julgado improcedente a exceção da verdade.

Invoca ainda que, havendo transitado em julgado a sentença absolutória, incidiria o disposto no artigo 65 do Código de Processo Penal combinado com o artigo 56, parágrafo único, da Lei de Imprensa.

De qualquer modo, incidiria o limite do art. 52 da Lei de Imprensa.

Na qualidade de Juiz Federal, prolate a sentença a partir da fundamentação, inclusive, resolvendo as questões levantadas na contestação e julgando o pedido.